



# Dissonância

*revista de teoria crítica*

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

[www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica)

<b>Título</b>	Teoria decolonial e teoria crítica: Apresentação do dossiê
<b>Autoria</b>	Mariana Fidelis e Mariana Teixeira
<b>Fonte</b>	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, Campinas, 2020
<b>Link</b>	<a href="https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4544">https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4544</a>

Formato de citação sugerido:

FIDELIS, Mariana; TEIXEIRA, Mariana. “Teoria decolonial e teoria crítica: Apresentação do dossiê”. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 4, Dossiê Teoria Decolonial e Teoria Crítica, Campinas, 2020, p. 8–23.

# TEORIA DECOLONIAL E TEORIA CRÍTICA

Apresentação do dossiê

Mariana Fidelis\* e Mariana Teixeira\*\*

Por muito tempo, representantes da teoria crítica e de paradigmas teóricos nascidos do combate ao colonialismo viram-se reciprocamente com certa desconfiança. De um lado, e não sem razão, as teorias decoloniais põem em relevo as dimensões eurocêntricas da filosofia hegemônica em geral e da teoria crítica em particular, questionando os riscos autoritários da pretensão universalista que a habita desde Hegel e Marx até os dias de hoje. De outro, e também com razão, representantes da teoria crítica frequentemente expressam receio em abandonar por completo esta pretensão de universalidade em nome de uma

---

\* Doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP; bolsa FAPESP 2016/15181-9 (contato: fidelis.mariana@hotmail.com).

\*\* Pós-doutoranda no Maria Sibylla Merian Centre: Conviviality-Inequality in Latin America – Mecila, Lateinamerika-Institut/Freie Universität Berlin e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP (contato: m.teixeira@fu-berlin.de e mariana.on.teixeira@gmail.com).

celebração da diversidade e do particular, tendo em vista os riscos de arbitrariedade e fragmentação teórica – e política – que daí podem advir.

Ao mesmo tempo, contudo, existe um interesse crescente em explorar as possíveis conexões entre a teoria crítica e os paradigmas teóricos anti-coloniais.<sup>1</sup> A reversão de estruturas históricas de dominação certamente figura como um horizonte comum, mas ainda há muito a ser percorrido para possibilitar uma fertilização cruzada entre essas tradições críticas, que são elas mesmas altamente diversas e internamente diferenciadas. Este número da revista *Dissonância* procura precisamente reunir contribuições para o avanço e refinamento desse diálogo – de fato ou em potência – entre teoria crítica e teoria decolonial. Desse modo, diferentemente do antagonismo entre “teoria tradicional e teoria crítica” no ensaio seminal de Horkheimer (1937), a justaposição entre “teoria decolonial e teoria crítica” no título do presente volume se coloca antes como um convite à experimentação de possíveis colaborações.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Cf, por exemplo: Amy Allen, *The End of Progress: Decolonizing the Normative Foundations of Critical Theory* (New York: Columbia University Press, 2016); Bruce Baum, “Decolonizing Critical Theory” (*Constellations* 22 (3), p. 420–434, 2015); Enrique Dussel, “From Critical Theory to the Philosophy of Liberation: Some Themes for Dialogue” (*Transmodernity* 1 (2), p. 16–43, 2011); Ina Kerner, “Postcolonial Theories as Global Critical Theories” (*Constellations* 25, p. 614–628, 2018); George Ciccariello-Maher, “Decolonizing Critical Theory from Within or Without? Reply to Bruce Baum” (*Constellations* 23 (1), p. 133–137, 2016); e Eduardo Mendieta, *Global Fragments: Globalizations, Latinamericanisms, and Critical Theory* (Albany, NY: SUNY Press, 2007).

<sup>2</sup> Reunimos sob a denominação de “teoria decolonial” os diversos paradigmas conceituais que têm na crítica ao colonialismo seu ponto de inflexão – incluindo assim, para além do pensamento decolonial em seu sentido mais estrito, de origem latino-americana, vertentes que ficaram conhecidas como teorias pós-coloniais, estudos subalternos, teorias da dependência, epistemologias do Sul, pensamentos ameríndio e afro-diaspórico, entre muitas outras.

Para abrir a discussão, temos a enorme satisfação de trazer como elemento imagético a contribuição de **Grada Kilomba**, artista e pensadora portuguesa com origens em Angola e São Tomé e Príncipe, cuja obra reflete sobre temas como memória, trauma, raça e gênero em contextos coloniais e de migração. Na instalação que figura na capa deste volume, “Table of Goods” (de 2017 e montada em São Paulo em 2019 durante sua primeira exposição solo na Pinacoteca), Grada Kilomba nos coloca de frente com artigos tão preciosos para o mercado colonial como grãos de café, cacau, açúcar e chocolate, além da terra que os gera. Somam-se a este grupo ainda velas, que parecem aí fazer vigília pelas almas dos tantos escravizados consumidos na produção daqueles bens. Boa parte do trabalho de Grada Kilomba dirige-se, de fato, a rememorar traumas do colonialismo no sentido de lidar com uma ferida que nunca foi tratada e, assim, permanece aberta. Atuando também academicamente, Grada Kilomba busca promover o diálogo entre as linguagens estética e conceitual,<sup>3</sup> desenvolvendo um trabalho teórico bem ao modo da teoria crítica: discutindo questões metateóricas – por exemplo, sobre o valor epistemológico das narrativas pessoais – e cruzando de modo interdisciplinar a análise sociológica sobre o racismo com elementos da psicanálise.

A interdisciplinaridade é, a propósito, um dos fios condutores que guiam a seleção textual deste volume, que abarca as áreas de filosofia política, epistemologia, sociologia, história

---

<sup>3</sup> A artista graduou-se em psicologia e psicanálise em Lisboa e possui doutorado em filosofia pela Freie Universität Berlin (2008), tendo atuado como professora em diversos países, como Gana, Áustria e Alemanha, onde reside. Recentemente publicou em português *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (Rio de Janeiro: Cobogó, 2019).

natural, teoria literária e relações internacionais, entre outras. Em que pese a diversidade disciplinar e mesmo de posicionamentos normativos, percebemos ao longo das contribuições aqui reunidas o quanto alguns temas se repetem: a diferenciação entre centro/metrópole e periferia/colônia como característica fundamental do capitalismo global; a clivagem entre colonizador e colonizado como categoria básica de sociabilidade nos países que foram submetidos à colonização; questões sobre a natureza da relação entre o centro e as margens; as ambivalências dos ideais da modernidade, como o progresso e o desenvolvimentismo; a interseccionalidade entre formas de dominação colonial (incluindo sua dimensão racializada), econômica, de gênero; e a tensão entre universalidade e localidade ou lugar de fala.

Para uma apresentação mais geral sobre a diversidade do entrecruzamento entre as vertentes conceituais em tela, trazemos o texto “Teoria crítica e pós-colonialismo” de **James Ingram**, traduzido por Mariana Fidelis e Simone Fernandes. O artigo retrata as sobreposições e desencontros que se estabelecem entre as correntes de modo bastante sistemático, porém sem perder de vista o caráter internamente diferenciado de cada uma: leva-se em conta, por exemplo, os contrastes entre a primeira geração da teoria crítica (notadamente Adorno e Horkheimer) e representantes posteriores dessa tradição (como Habermas e Honneth), bem como as distintas matrizes (históricas, geográficas, epistemológicas) que compõem o cenário teórico da crítica anti-colonial. Destaca-se a reconstrução histórica que o autor faz de cada paradigma, alcançando a produção acadêmica em língua inglesa mais recente, além de uma análise das tentativas de

intersecção construtiva empreendidas por Thomas McCarthy, Amy Allen e Susan Buck-Morss.

Não se trata, contudo, de uma articulação sem arestas. Alguns representantes do pensamento decolonial latino-americano, por exemplo, criticam o marxismo como um quadro teórico eurocêntrico, e portanto inadequado para dar conta da realidade social do nosso continente. Em “Nem decalque, nem cópia: Aproximações entre marxismo e decolonialidade”, **Bárbara Aragon** se contrapõe a esse posicionamento (notado em membros do grupo Modernidade/Colonialidade, como o argentino Walter Mignolo e o porto-riquenho Ramón Grosfóguel) por meio de uma aproximação teórica entre Antonio Gramsci, com seus conceitos de *hegemonia* e *subalternidade*, e José Carlos Mariátegui, com sua proposta de um socialismo indo-americano, como representantes de um marxismo não economicista capaz de articular-se de forma produtiva com as críticas decoloniais ao eurocentrismo. A autora argumenta em favor da possibilidade de um *marxismo decolonial* que busque corrigir, de um lado, a ausência de análises mais profundas do fenômeno do imperialismo por parte dos autores do pensamento decolonial e, de outro, a dificuldade com que o marxismo lida com os temas da colonialidade, do nacionalismo e do eurocentrismo. Mais que possível, um tal marxismo decolonial é considerado pela autora como *necessário* na medida em que poderia oferecer avanços na compreensão de uma questão de primeira ordem para uma teoria crítica latino-americana: a relação entre as categorias de classe e raça, com destaque para a questão indígena e dos povos originários.

Em sintonia com o caráter interdisciplinar da teoria crítica, o dossiê conta com a contribuição de **Lucas Guerra** para o campo das Relações Internacionais no artigo “Del Neoliberalismo al Buen Vivir/Vivir Bien: Avances y desafíos de América Latina en la construcción de alternativas contrahegemónicas en un orden mundial neoliberal.” O autor parte dos aportes conceituais da teoria crítica das relações internacionais – inspirada no projeto original de Horkheimer e nos conceitos gramscianos de *hegemonia* e *contra-hegemonia* – e do pensamento decolonial para propor uma análise das contradições que perpassam a resistência à imposição da globalização neoliberal na América Latina. Fruto de lutas protagonizadas por forças sociais indígenas na Bolívia e no Equador, o *Buen Vivir/Vivir Bien* aparece nesse contexto como proposta alternativa de transformação contra-hegemônica que logrou orientar, ao menos em parte, a reconfiguração dos aparatos estatais, dos ordenamentos constitucionais e da política exterior desses países. Contudo, em que pesem os avanços representados pela assimilação das cosmovisões indígenas pelos governos da região, trata-se de um processo que não está livre de contradições: na medida em que se mantém um modelo neo-extrativista de inserção na economia mundial e um comprometimento com a estrutura estatal centralizada como autoridade absoluta, por vezes acaba-se reforçando o paradigma desenvolvimentista ao qual o *Buen Vivir/Vivir Bien* procurou se contrapor desde o início.

Já no campo da reflexão filosófica e estética, em “Crise da filosofia messiânica: A antropofagia matriarcal devora a Modernidade” **Tomaz Amorim Izabel** explora as conexões possíveis

entre Oswald de Andrade e Walter Benjamin – não só em termos de método e forma de apresentação, mas também a partir da leitura de ambos de uma obra em comum: “O direito materno” de J. J. Bachofen (1861). Neste contexto, o matriarcado aparece para ambos como contraponto emancipatório da modernidade, como passado perdido a ser redimido. Benjamin e Oswald não aparecem, entretanto, com o mesmo peso ao longo do ensaio. O último de fato assume um lugar de maior destaque, algo compatível com a tese que aparece de forma secundária no texto – mas que ganha relevo dentro do dossiê – sobre o ponto de vista privilegiado da periferia para a crítica das contradições estruturais do sistema social moderno. Sob o olhar atento do autor, Oswald de Andrade torna-se fecundo pensador da filosofia da história – podendo, inclusive, ser classificado como precursor de determinadas questões feministas e decoloniais. A antropofagia tomaria o lugar então da prima filosofia, carregando elementos matriarcais significativos na sua relação corporal com a alteridade. A decadência desde Cabral poderia ser revertida ao se abrir espaço para um novo Matriarcado, sem propriedade privada, sem exploração e até sem trabalho. Donna Haraway e seu “Manifesto Ciborgue” aparecem no final do ensaio como que para marcar a atualidade desta utopia tecno-antropofágica.

Nota-se, ao longo do dossiê, que a chamada “primeira geração” da teoria crítica aparece como um dos momentos mais fecundos para a articulação com as questões que animam diferentes matrizes da crítica anti-colonial. **Rocío Zambrana**, por exemplo, propõe uma aproximação entre essa primeira geração e o pensamento decolonial latino-americano recente em “Ambiva-



lência normativa e o futuro da teoria crítica: Adorno e Horkheimer, Castro-Gómez e Quijano sobre racionalidade, modernidade e totalidade”, traduzido por Mateus Loner e Mariana Teixeira. O texto procura resgatar a crítica de Adorno e Horkheimer à racionalidade ocidental presente na *Dialética do esclarecimento* em detrimento da ênfase conferida aos fundamentos normativos da teoria crítica mais recente, especialmente depois de Habermas. A autora questiona os pressupostos filosóficos subjacentes a essa guinada e argumenta que a teoria crítica deve ter em mente que seus conceitos e critérios normativos não estão imunes a uma ressignificação capitalista. Para dar conta das promessas e perigos dos conceitos de modernidade, racionalidade e totalidade, assim, Rocío Zambrana propõe que o conceito de *ambivalência normativa* deva estar na base da crítica. Apesar de ser um importante ponto de partida, contudo, a *Dialética do esclarecimento* não dá conta dessa ambivalência na medida em que busca distinguir claramente entre o que é positivo e o que é negativo no desenvolvimento da modernidade sem considerar a produção de realidades, desejos ou formas de vida internamente contraditórios, e é precisamente nesse ponto que o engajamento com o pensamento decolonial se mostra de vital importância para o futuro da teoria crítica. A autora recorre à perspectiva de Santiago Castro-Gómez e de Aníbal Quijano em busca de uma concepção de totalidade, modernidade e racionalidade que contenha em si *ao mesmo tempo*, e de modo entrelaçado, tanto liberdade quanto dominação.

Já em “Adorno’s ‘Natural History’ and Anti-Colonial Critique: Critical Theory and Afro-Caribbean Marxism” **Elizabeth**

**Portella** avança no cruzamento entre teoria decolonial e teoria crítica mediante uma análise mais específica do conceito de “história natural” tal como aparece na obra de Adorno e dos pensadores caribenhos Frantz Fanon, Walter Rodney e C. L. R. James. A autora parte da reconstrução histórica do uso do termo dentro do contexto de justificação racional da colonização, onde prevalece uma oposição de fundo entre história e natureza que é usada para fixar e justificar em termos de superioridade/inferioridade a relação de poder entre colonizador e colonizado, assim como a exploração de recursos naturais nos territórios invadidos. O pensamento de Adorno aparece então como fio condutor para a compreensão de um uso crítico da categoria de natureza, evitando o risco de se cair em essencialismos. De fato, trata-se de um conceito presente ao longo de toda a produção teórica do frankfurtiano – sempre com uma compreensão dialética da relação entre história e natureza. Com base nesta compreensão, a autora do artigo ressalta a importância da reabilitação da categoria de “história natural” e nos mostra como ela aparece na teoria anti-colonialista caribenha, sem transformar a crítica da falsa naturalização colonizadora em uma crítica meramente anti-naturalista.

Em “Duas dialéticas negativas: Paulo Arantes e uma dialética sem Adorno(s)”, **Eloyluz de Sousa Moreira** reflete sobre as convergências entre os conceitos de dialética de Adorno e de Paulo Arantes. Na reconstrução geral da noção adorniana de dialética negativa, destaca-se o enfoque prático-político que o autor confere ao tema – interligando a tarefa de “pensar o impossível” com a possibilidade de emergência de novos sujeitos revolucio-

nários, não totalmente integrados. Na análise da dialética negativa de Paulo Arantes, sobressai a natureza discursiva que lhe é atribuída, acentuando um tom utópico quase otimista. Tanto em Adorno quanto em Arantes, portanto, a negatividade prevalente funcionaria como “força de disrupção do Novo.” Apesar das convergências em termos de método, percebemos, no entanto, como o autor do artigo opera neste exercício comparativo a clivagem entre o ponto de vista do centro e o da periferia do capitalismo. Roberto Schwarz aparece então como um ponto de mediação entre Adorno e Arantes: a dialética negativa inconclusa representaria a unidade contraditória formada pelo “progresso do centro” junto ao “atraso da periferia.” Assim, embora haja uma aproximação metodológica entre os conceitos de dialética negativa, altera-se a relação entre crítica imanente e transcendente, entre o que está “dentro” e “fora” do espectro social.

O fato de Adorno ser o pensador que mais aparece ao longo da edição talvez seja uma indicação da vocação de sua filosofia para o diálogo com a crítica anti-colonial, como anunciado por Allen (2016), ou apenas ateste a grande amplitude de estudos acadêmicos sobre ele no Brasil e América Latina na atualidade. Para nos ajudar a entender o porquê desta popularidade de Adorno para a discussão decolonial, trazemos a versão em inglês da entrevista de **Roberto Schwarz** “On Adorno”, traduzida por Simone Fernandes e Mariana Fidelis, com revisão de Jane Godwin Coury. A escolha deste texto deve-se ao fato de ele estar justamente na fronteira entre um comentário e um esforço de atualização do pensamento do frankfurtiano no contexto brasileiro – e sua publicação em língua inglesa atende à intenção do

dossiê de internacionalizar a discussão ocorrida no Brasil sobre teoria crítica. Schwarz não apenas expõe as bases de sua leitura do autor alemão, como coloca em perspectiva sua própria teoria em relação com a obra de Antônio Candido e com a teoria da dependência.

Sem dúvida, mais do que um comentador de Adorno, Schwarz é responsável por enorme contribuição para o desenvolvimento de uma teoria crítica na/da/sobre a periferia, e aparece neste volume não apenas nesta tradução, mas também nos artigos de Eloyluz Moreira e Tomaz Izabel – e como pauta principal, no artigo de **Luiz Repa**. Em “Roberto Schwarz and the Brazilian Dialectic of Enlightenment: On the Reception of Critical Theory in Brazil”, o autor mostra como a imbricação entre forças arcaicas e modernas presente na obra de Adorno e Horkheimer é combinada por Schwarz com teorias brasileiras da modernização, como a *Teoria da dependência* de Fernando Henrique Cardoso, de modo a dar origem a uma interpretação inovadora da vida ideológica das elites nacionais. Ao mesmo tempo em que reconhece a originalidade e relevância da abordagem de Schwarz, Luiz Repa não deixa de apontar para alguns de seus pontos problemáticos, tais como a redução do papel crítico dos conflitos sociais e a pressuposição, em certos momentos, de um conceito de esclarecimento insuficientemente diferenciado entre seus significados contrastantes (e com distintos papéis no combate ou manutenção do status quo), resultando em uma diluição da dimensão política no quadro geral da teoria social de Schwarz. Desse modo, para além de apontar convergências e afinidades, a recepção da teoria crítica no Brasil reconstruída por

Luiz Repa é permeada de tensões que se conectam à própria diversidade de interpretações que buscam compreender a relação entre o moderno e o arcaico na realidade nacional.

O sentido lato – ou melhor, não escolástico – do que chamamos de teoria *decolonial* no título deste dossiê é atestado no artigo “Ivan Hadjiyski's Anti-Colonial Marxism: A View from Europe's Semi-Periphery”, em que **Nikolay Karkov** traz à baila uma contribuição pouco conhecida para o pensamento crítico e decolonial a partir da perspectiva do Leste Europeu. Centrado na figura do intelectual e ativista político búlgaro Ivan Hadjiyski (1907-1944), o texto explora as tensões da relação entre uma teoria crítica formulada a partir do centro (no caso, o marxismo) e um posicionamento anti-colonial com respeito a este mesmo centro, na medida em que os Bálcãs são considerados uma “semi-periferia” da Europa. O arcabouço crítico do marxismo combinado a tal posicionamento singular permite, argumenta o autor, que Hadjiyski coloque a modernidade capitalista ocidental sob escrutínio crítico à luz de seu reverso, presente na violência e na pilhagem colonial. Ao engajar-se nos debates a respeito tanto das formas de acumulação capitalista quanto do racismo no contexto do nacionalismo e fascismo crescentes no entre-guerras, sempre com a particularidade local no horizonte de análise, Hadjiyski é um autor que oferece uma abordagem teórica sofisticada – e atual – da interconexão entre capitalismo e colonialismo, e cuja obra, defende Nikolay Karkov, mereceria traduções para línguas mais conhecidas.

No artigo “Pensamento crítico e subversão onto-epistêmica: Propondo um diálogo entre Butler e Quijano”, **Hiata**

**Anderson Silva do Nascimento** e **Guaracira Gouvêa** propõem o cruzamento entre os conceitos de colonialidade e vulnerabilidade para tratar da situação colonial como organização racializada da precariedade social. Além disso, Quijano e Butler convergem na crítica à suposta neutralidade das concepções epistemológicas da modernidade ocidental e propõem uma determinada *subversão* ou transformação categorial (em termos epistêmicos e ontológicos) da teoria. No artigo eles são pensados conjuntamente para entender como a humanidade passa a ser definida e dividida desde o colonialismo pela cisão identidade-outridade e como podem se entrecruzar a dominação racial e a política de extermínio. Nesta composição do pensamento de Quijano e Butler, destaca-se o modo como se complexifica a noção de natureza – uma vez que, apesar do modo crítico como esta noção opera dentro do esquema cor-racismo, Quijano parece assumir uma posição mais conservadora ao não questionar o fundamento natural da diferenciação homem-mulher. Os autores mostram como esta perspectiva poderia ser complementada pela de Butler no que diz respeito à definição de gênero fora do parâmetro de separação entre natureza e cultura e fora do parâmetro formal da identidade – ressaltando o caráter discursivo e performático de sua constituição.

A publicação deste artigo se pretende também como uma pequena homenagem póstuma à Guaracira Gouvêa, que foi professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e lamentavelmente veio a falecer em junho de 2020.

Por fim, em “Axel Honneth e Amy Allen: O ‘progresso histórico’ em face do legado da *Dialética do esclarecimento*”, **Enrico Bueno** apresenta uma confrontação detalhada das posições de dois autores fundamentais da teoria crítica contemporânea em relação a uma das categorias de discussão mais importantes para as teorias decoloniais: o progresso. Para tanto, o autor reconstrói a leitura de ambos acerca da *Dialética do esclarecimento*, ressaltando as divergências de interpretação quanto ao potencial normativo da obra. Destaca-se no artigo a sistematização da disputa entre a *reconstrução normativa* de Honneth e a *genealogia problematizante* de Allen como procedimentos metodológicos distintos e concorrentes, sem necessariamente escolher uma posição.

Além dos artigos originais e traduzidos, o dossiê conta ainda com resenhas de obras publicadas recentemente em português. Em “A (des)construção histórico-filosófica de Enrique Dussel”, **Leonardo Dias Nunes** e **Robson Gabioneta** apresentam o livro *Política da libertação 1: História mundial e crítica*, publicado pela IFIBE em 2014 com tradução de Paulo César Carbonari. Os autores da resenha destacam a importância de difundir no cenário intelectual brasileiro o pensamento filosófico de Dussel, já bastante conhecido nos demais países da América Latina. No livro ora resenhado, Dussel apresenta os aspectos históricos, éticos e políticos da filosofia da libertação organizados de forma sistemática e propõe uma nova periodização da história mundial que vá além dos limites do helenocentrismo, do ocidentalismo, do eurocentrismo e do colonialismo. Afinal, se a historiografia eurocêntrica não leva em consideração a totalidade da história mundial, faz-se necessário um giro descolonizador capaz de

revelar a verdadeira face da modernidade ao atentar para as estratégias de dominação históricas, políticas e epistemológicas que vigoraram na América colonial.

Em “O racional olhou o real, o real olhou de volta”, **Esdras Bezerra Fernandes de Araújo** apresenta *Hegel e o Haiti*, influente texto de Susan Buck-Morss publicado em 2017 pela n-1 edições com tradução de Sebastião Nascimento, pesquisa iconográfica de Isabela Sanches e prefácio de Vladimir Safatle. Desde sua publicação em 2000 (em versão reduzida e ainda na forma de artigo), esta obra se tornou objeto de controvérsia no campo da história da filosofia ao levantar a hipótese de que o tratamento dado por Hegel na *Fenomenologia do espírito* à relação de senhorio-escravidão – que veio a tornar-se um dos motes mais célebres de sua filosofia – teria tido na Revolução Haitiana de 1804 um influxo decisivo com consequências teóricas de monta, conferindo concreção histórica ao que anteriormente se limitava a uma *metáfora*. A autora rompe, assim, os limites de uma história universal que desconsidera a capacidade dos povos periféricos de exercer influência sobre a vida espiritual do centro. Mais do que uma hipótese de leitura que situa Hegel em seu tempo histórico (como o próprio filósofo preconizou), a investigação de Buck-Morss representa também uma denúncia da contradição entre igualitarismo da filosofia política liberal e sua dependência de uma estrutura econômica apoiada sobre a escravidão, que é naturalizada na medida em que se perpreta contra sujeitos relegados ao status do “ainda não.”

O presente volume conta ainda, na seção livre, com o texto “Karl Marx: Crítica como prática emancipatória”, de **Robin**



**Celikates**, traduzido por Felipe Gretschischkin e Lutti Mira, em que o autor apresenta sua concepção acerca da noção de *crítica* de Marx e defende que ela ainda é relevante para a teoria crítica contemporânea na medida que for entendida como prática ao invés de ciência.

É com grande satisfação que publicamos o dossiê *Teoria decolonial e teoria crítica* depois de um longo processo editorial em meio às dificuldades trazidas pela pandemia de Covid-19, especialmente no que ela significou no contexto brasileiro. Gostaríamos de deixar registrados os nossos profundos agradecimentos aos autores e autoras dos textos que compõem o presente volume pela troca produtiva e aberta que, felizmente, via de regra caracteriza o processo editorial, à artista cuja obra ilustra a capa (bem como à sua equipe), e finalmente ao Comitê Editorial da *Dissonância* e a todas as pessoas que generosamente participaram dos processos de avaliação por pares, cessão de direitos, revisão, preparação, diagramação e demais processos editoriais pela sua dedicação neste período difícil e de crescente precificação da produção acadêmica.

A todas e todos, desejamos uma ótima leitura.